EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Autos ref. PET 12100/DF

ROGÉRIO CORREIA DE MOURA BAPTISTA, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, CPF n. , com endereço em Gabinete 614 - Anexo IV - Câmara dos Deputados e LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, CPF n. com endereço em Gabinete 227 - Anexo IV - Câmara dos Deputados vem, à presença de Vossa Excelência, apresentar o presente PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS nos autos da Petição 12100/DF em que figura como denunciado JAIR MESSIAS BOLSONARO, brasileiro, casado, nascido em 21.3.1955, natural de Campinas/SP, filho de Percy Geraldo Bolsonaro e Olinda Bonturi Bolsonaro, inscrito no CPF n. , residente na

 DOS FATOS E DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS - DA NECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTIDAS NO ART. 319, DO CPP

Consoante se verifica do Relatório da Polícia Federal, que indiciou Jair Messias Bolsonaro e outras 36 pessoas pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa, a intentona golpista previa um plano detalhado para a fuga do ex-presidente para os Estados Unidos se a tentativa de golpe de Estado no final de 2022 não obtivesse o êxito pretendido.

O documento aponta que o plano foi criado em 2021, quando Bolsonaro atacou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o sistema eleitoral nos discursos proferidos no dia 7 de setembro daquele ano.

Decerto, em que pese não ter sido utilizado como previsto inicialmente, o planejamento foi adaptado e colocado em prática no final de 2022, quando o expresidente viajou para Orlando em 30 de dezembro e retornou para o Brasil apenas em 30 de março de 2023:

"Apesar de não empregada no ano de 2021, o plano de fuga foi adaptado e utilizado no final do ano de 2022, quando a organização criminosa não obteve êxito na consumação do golpe de Estado. Conforme será descrito nos próximos tópicos, JAIR BOLSONARO, após não conseguirem o apoio das Forças Armadas para consumar a ruptura institucional, saiu do país, para evitar uma possível prisão e aguardar o desfecho dos atos golpistas do dia 08 de janeiro de 2023 ("festa da Selma")." (Trecho retirado do Relatório da PF, pág. 79)

Foi considerando o risco de fuga é que o Supremo Tribunal Federal determinou a apreensão do passaporte do ex-presidente, em decisão proferida no dia 26/01/2024:

"O desenrolar dos fatos já demonstrou a possibilidade de tentativa de evasão dos investigados, intento que pode ser reforçado a partir da ciência do aprofundamento das investigações que vêm sendo realizadas, impondo-se a decretação da medida quanto aos investigados referidos, notadamente para resquardar a aplicação da lei penal".

Certo é que de modo temerário o ex-presidente reiterou em entrevista ao portal AuriVerde Brasil¹, que a retenção do seu passaporte por ordem do Ministro Alexandre de Moraes – que o frustrou de estar presente na posse do presidente americano Donald Trump – não o impediria de fugir do Brasil se ele assim o quisesse:

"Eu fui convidado, apesar das fake news de alguns, a imprensa do mundo todo divulgou isso aí, como a imprensa do mundo todo está divulgando que eu não pude ir para lá por causa da decisão de um juiz, um juiz que é o dono de tudo aqui no Brasil, é dono da sua liberdade. Ele abre inquérito, ele te ouve, ouve o delator, ele é o promotor, ele é o julgador, ele encaminha o juiz pra fazer parte da audiência, tudo ele. Tira o seu passaporte... eu não sou réu, pô. "Ah ele pode fugir", eu posso fugir agora, qualquer um pode fugir"

Por outro lado, também existem elementos que indiquem que o expresidente pode, ainda, pretender a obtenção de asilo diplomático para evadirse do País e, consequentemente, prejudicar a investigação criminal em andamento.

Ressalta-se, neste ínterim que após ter sido alvo de operação da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe de Estado, o denunciado passou duas noites na embaixada da Hungria em Brasília, entre os dias 12 e 14 de fevereiro de 2024².

² https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/25/bolsonaro-passou-duas-noites-na-embaixada-da-hungria-apos-operacao-e-apreensao-de-passaporte-diz-jornal.ghtml Acesso em 06.03.2025

-

¹ https://www.cnnbrasil.com.br/politica/posso-fugir-agora-qualquer-um-pode-diz-bolsonaro-sobre-fala-de-moraes/ Acesso em 06.03.2025

Consigna-se que mais uma vez³ o ex-presidente admitiu a possibilidade de pedir refúgio em alguma embaixada no Brasil, caso tenha a prisão decretada após eventual condenação pela trama golpista de 2022.

Neste ínterim, é de se ressaltar que por diversas vezes Jair Bolsonaro incentivou publicamente⁴ a fuga de condenados pelos crimes cometidos no dia 08 de janeiro de 2023, bem como a permanência clandestina no exterior, em especial na Argentina, como tentativa de evitar a aplicação da lei e decisões judiciais proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Pois bem. Nos termos do artigo 282 do Código de Processo Penal, as medidas cautelares previstas deverão ser aplicadas observando-se a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e a adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

"Necessidade" para a garantia da ordem pública, aplicação da lei penal, efetividade da investigação ou da instrução processual penal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de novas infrações penais. "Adequação" das medidas impostas à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do investigado, indiciado, acusado ou réu.

Neste sentido, considerando a gravidade das práticas delituosas imputadas ao denunciado e a possibilidade de não aplicação da lei penal em virtude de fuga do ex-presidente, imperiosa é a imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, notadamente a proibição de se ausentar de Brasília sem autorização judicial, proibição de se aproximar de Embaixadas estrangeiras instaladas no território nacional, bem como o seu monitoramento eletrônico.

⁴ https://www.poder360.com.br/poder-brasil/bolsonaro-agradece-milei-por-acolher-os-foragidos-do-8-de-janeiro/ Acesso em 06.03.2025

-

³ https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/11/bolsonaro-admite-pedir-refugio-em-embaixada-para-evitar-prisao-por-trama-golpista.shtml Acesso em 06.03.2025

Frisa-se que, de modo especial, esta última medida é imprescindível para garantir a permanência do acusado em solo brasileiro, haja vista a possibilidade de fuga por vias terrestres.

Assim, conforme exposto alhures resta mais que justificada a pertinência e razoabilidade das medidas cautelares, haja vista a possibilidade de tentativa de evasão do denunciado.

2. PEDIDO

Diante do exposto, os Peticionários pugnam pela imediata avaliação sobre a adoção das medidas cautelares acima mencionadas, essenciais à garantia de aplicação e efetividade das Leis Penais.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 06 de março de 2025.

Rogério Correia de Moura Baptista

Deputado Federal (PT/MG)

Luiz Lindbergh Farias Filho Deputado Federal (PT/RJ)